

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.565 - SP (2019/0140979-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : KARINA FERRERI XAVIER
RECORRENTE : SOLANGE DE OLIVEIRA ROCHA
RECORRENTE : GENI GARCIA GONCALVES
RECORRENTE : VERA LUCIA DE ALMEIDA
RECORRENTE : ELAINE ELIEGE XAVIER
RECORRENTE : ALESSANDRA CAMBIAGHI ATILIO
RECORRENTE : ZILDA PERPETUA VICENTE DE MELO BERNARDES
RECORRENTE : SIMARA DE OLIVEIRA MACHADO
RECORRENTE : ZILDA SILVA OLIVEIRA
RECORRENTE : MARIA Nanci JORGE
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO E OUTRO(S) - SP181735
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO E OUTRO(S) - SP181735
AGRAVADO : KARINA FERRERI XAVIER
AGRAVADO : SOLANGE DE OLIVEIRA ROCHA
AGRAVADO : GENI GARCIA GONCALVES
AGRAVADO : VERA LUCIA DE ALMEIDA
AGRAVADO : ELAINE ELIEGE XAVIER
AGRAVADO : ALESSANDRA CAMBIAGHI ATILIO
AGRAVADO : ZILDA PERPETUA VICENTE DE MELO BERNARDES
AGRAVADO : SIMARA DE OLIVEIRA MACHADO
AGRAVADO : ZILDA SILVA OLIVEIRA
AGRAVADO : MARIA Nanci JORGE
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS SALARIAIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE PARCELAS ANTERIORES AO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por KARINA FERRERI XAVIER e outros, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 299):

POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento, sendo afastada a objeção da sentença a esse respeito. Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição.

Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo.

Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993.

Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Ação proposta por oito pensionistas e por dois policiais militares da ativa. Responsabilidade de SPPREV restrita às pensionistas, porquanto, para o período postulado, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda permanecia com o Estado os encargos das aposentadorias de todos os servidores públicos estaduais. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Recurso provido para, afastando a extinção do processo por falta de interesse de agir, julgar procedente a demanda.

Embargos de declaração não conhecidos.

Nas razões do especial os recorrentes apontam, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 219 do CPC/1973 e do art. 405 do Código Civil, alegando em síntese que o termo inicial dos juros de mora deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança que a embasou, porquanto é este o momento em que se constitui em mora o devedor.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 438-439.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão recursal merece prosperar.

É firme neste eg.Superior Tribunal de Justiça o entendimento, segundo o qual o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no *writ* (REsp 1.692.635/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Dje 11/4/2018).

No mesmo sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARCELAS PRETÉRITAS. AÇÃO DE COBRANÇA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA.

1. O termo inicial dos juros de mora, na ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração do mandado de segurança, é a data da notificação da autoridade coatora no writ. Precedentes.

2. Recurso especial a que se dá provimento. (REsp 1.778.798/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma,, DJe 21/2/2019)

PROCESSUAL CIVIL. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA NOTIFICAÇÃO AUTORIDADE COATORA NO MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A jurisprudência do STJ é firme que o termo inicial para a incidência dos juros de mora deverá ser a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo, porque é neste momento que o devedor é constituído em mora.

3. O Tribunal de origem decidiu em dissonância do entendimento dominante no STJ, razão pela qual deve ser reformado o acórdão do Tribunal *a quo*.

4. Recurso Especial provido. (REsp 1.773.922/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIDOR. DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. DECRETO N.º 20.910/32. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO *MANDAMUS*.

[...]

2. A impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança - a ser proposta para o recebimento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ -, o qual somente tornará a correr após o trânsito em julgado da decisão proferida quando do julgamento do mandado de segurança. Precedentes.

3. Deve ser aplicada a prescrição quinquenal prevista no Decreto n.º 20.910/32, a todo qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, não sendo correta a analogia com o Código Civil, por se tratar de relação de direito público. Precedentes.

4. A definição do termo inicial dos juros de mora decorre da liquidez da obrigação. Sendo líquida a obrigação, os juros moratórios incidem a partir do vencimento da obrigação, nos exatos termos do art. 397, caput, do Código de

Civil de 2002; se for ilíquida, o termo inicial será a data da citação quando a interpelação for judicial, a teor do art. 397, parágrafo único, do Código Civil de 2002 c.c o art. 219, caput, do Código de Processo Civil. Precedentes.

5. O termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do Diploma Processual, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor. Precedentes.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e parcialmente provido (REsp 1.151.873/MS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 23/3/2012).

Ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.810.126/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Dje 31/5/2019; Resp 1.810.886/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Dje 30/5/2019.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator